

Lorena Melo Silva

De: Cassia Moraes Correa <cassia.moraes@aes.com>
Enviado em: terça-feira, 31 de maio de 2016 15:08
Para: consulta publica.portaria
Cc: Gerência de regulação da geração e compra de energia; Diretoria de Novos Negócios AES Brasil; Andre Luiz Gomes Da Silva; Josiani Gomes Napolitano
Assunto: Contribuições AES Tietê Energia - CP Escoamento de Energia
Anexos: Contribuicoes AES Tietê_CPMME_Escoamento.pdf

Ao Ministério de Minas e Energia,

Seguem as contribuições da AES Tietê Energia referentes à Consulta Pública de Escoamento de Energia.

Fico à disposição para eventuais dúvidas.

Obrigada,

Cássia Moraes Corrêa

Especialista Regulação da Geração e Compra de Energia

Av. Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7º andar
06460-040 - Barueri - SP
Tel: 55 11 2195 2327



CONTRIBUIÇÕES REFERENTES À CONSULTA PÚBLICA Escoamento

NOME DA INSTITUIÇÃO: AES TIETÊ ENERGIA

CONTRIBUIÇÕES ao ANEXO da PORTARIA Nº 172, DE 10 DE MAIO DE 2016

TEXTO/MME	TEXTO/INSTITUIÇÃO	JUSTIFICATIVA/INSTITUIÇÃO
<p>Art. 2º Para os fins e efeitos desta Portaria são adotadas a terminologia e as definições estabelecidos a seguir:</p> <p>VII - Capacidade do SIN para Escoamento de Geração: Capacidade de Escoamento de Energia Elétrica dos Barramentos da Rede Básica, DIT e ICG;</p>	<p>Art. 2º Para os fins e efeitos desta Portaria são adotadas a terminologia e as definições estabelecidos a seguir:</p> <p>VII - Capacidade do SIN para Escoamento de Geração: Capacidade de Escoamento de Energia Elétrica dos Barramentos da Rede Básica, DIT, ICG e Distribuição;</p>	<p>Entendemos que as Distribuidoras também devem ser consultadas pela EPE a respeito da viabilidade de escoamento dos empreendimentos de geração, uma vez que ao se conectarem na Rede Básica, podem afetar o sistema e a margem de escoamento.</p>
<p>Art. 3º Na definição da capacidade do SIN para escoamento de geração deverão ser observados os prazos e atribuições previstos neste artigo.</p> <p>§ 4º Concluída a etapa de Cadastramento do Leilão, a EPE encaminhará às concessionárias de transmissão de energia elétrica, consulta formal sobre a Viabilidade Física de Conexão nas Subestações indicadas pelos empreendedores no ato do referido Cadastramento, devendo a consulta ser respondida no prazo de até quinze dias de seu recebimento, observando os critérios de classificação das Subestações, conforme estabelecido na Nota Técnica Conjunta</p>	<p>Art. 3º Na definição da capacidade do SIN para escoamento de geração deverão ser observados os prazos e atribuições previstos neste artigo.</p> <p>§ 4º Concluída a etapa de Cadastramento do Leilão, a EPE encaminhará às concessionárias de transmissão e distribuição de energia elétrica, consulta formal sobre a Viabilidade Física de Conexão nas Subestações indicadas pelos empreendedores no ato do referido Cadastramento, devendo a consulta ser respondida no prazo de até trinta dias de seu recebimento, observando os critérios de classificação das Subestações, conforme estabelecido na Nota Técnica Conjunta ONS/EPE de Metodologia, Premissas e Critérios, observado o disposto no art. 10.</p>	<p>Entendemos que as Distribuidoras também devem ser consultadas pela EPE a respeito da viabilidade de escoamento dos empreendimentos de geração, uma vez que ao se conectarem na Rede Básica, podem afetar o sistema e a margem de escoamento.</p> <p>Para esta análise de viabilidade, pratica-se o prazo de avaliação de 30 dias, nos termos da Resolução Normativa nº 414/2010.</p>

<p>ONS/EPE de Metodologia, Premissas e Critérios, observado o disposto no art. 10.</p> <p>§ 5º Será publicada, nos sítios eletrônicos da ANEEL, da EPE e do ONS, no prazo de até setenta dias antes da data de realização do Leilão, a Nota Técnica de Quantitativos da Capacidade para Escoamento de Energia Elétrica de Barramentos da Rede Básica, DIT e ICG, contendo informação quantitativa para capacidade de escoamento de:</p> <p>§ 6º Para fins de participação no Leilão, o empreendedor poderá, por sua conta e risco, alterar junto à EPE a informação quanto ao Acesso do empreendimento ao SIN indicado no ato do cadastramento do Leilão, no prazo de cinco dias, contados da data de publicação da Nota Técnica de Quantitativos da Capacidade para Escoamento de Energia Elétrica de Barramentos da Rede Básica, DIT e ICG.</p> <p>§ 7º A alteração da informação quanto ao Acesso do empreendimento ao SIN, estabelecida no § 6º, estará limitada à substituição do Ponto de Conexão ao SIN indicado no ato do cadastramento do Leilão, por um dos Pontos de Conexão para os quais tenha sido publicada a capacidade para escoamento, elencados na Nota Técnica de Quantitativos da Capacidade para Escoamento de Energia Elétrica de Barramentos da Rede Básica, DIT e ICG.</p>	<p>§ 5º Será publicada, nos sítios eletrônicos da ANEEL, da EPE e do ONS, no prazo de até setenta dias antes da data de realização do Leilão, a Nota Técnica de Quantitativos da Capacidade para Escoamento de Energia Elétrica de Barramentos da Rede Básica, DIT, ICG e Distribuição, contendo informação quantitativa para capacidade de escoamento de:</p> <p>§ 6º Para fins de participação no Leilão, o empreendedor poderá, por sua conta e risco, alterar junto à EPE a informação quanto ao Acesso do empreendimento ao SIN indicado no ato do cadastramento do Leilão, no prazo de cinco dias, contados da data de publicação da Nota Técnica de Quantitativos da Capacidade para Escoamento de Energia Elétrica de Barramentos da Rede Básica, DIT, ICG e Distribuição.</p> <p>§ 7º A alteração da informação quanto ao Acesso do empreendimento ao SIN, estabelecida no § 6º, estará limitada à substituição do Ponto de Conexão ao SIN indicado no ato do cadastramento do Leilão, por um dos Pontos de Conexão para os quais tenha sido publicada a capacidade para escoamento, elencados na Nota Técnica de Quantitativos da Capacidade para Escoamento de Energia Elétrica de Barramentos da Rede Básica, DIT ICG e Distribuição.</p>	
<p>Art. 4º A metodologia, as premissas e os critérios de definição da capacidade do SIN para escoamento estabelecidos pelo ONS e pela EPE e aprovados pelo Ministério de Minas e Energia deverão observar o disposto nesta Portaria.</p>	<p>Art. 4º A metodologia, as premissas e os critérios de definição da capacidade do SIN para escoamento estabelecidos pelo ONS e pela EPE e aprovados pelo Ministério de Minas e Energia deverão observar o disposto nesta Portaria.</p> <p>§ 6º A capacidade para escoamento de geração em</p>	<p>Para elaboração da metodologia e premissas para definir a capacidade de escoamento de geração em ponto de conexão com a Distribuidora, é necessário considerar todos os empreendimentos para os quais foram</p>

<p>§ 6º A capacidade para escoamento de geração em Ponto de Conexão sob responsabilidade de concessionária ou permissionária de distribuição corresponderá ao maior valor de potência do empreendimento para o qual seja apresentado o Parecer ou documento equivalente para acesso às redes de distribuição, previstos no art. 4º, § 3º, inciso VI, da Portaria MME nº 102, de 2016, na respectiva Subestação da distribuidora, considerando, exclusivamente para esse fim:</p> <p>I - a potência injetada do empreendimento de maior montante de uso do sistema de distribuição para empreendimentos a biomassa; e</p> <p>II - a potência nominal do empreendimento de maior capacidade instalada, para as demais fontes.</p>	<p>Ponto de Conexão sob responsabilidade de concessionária ou permissionária de distribuição corresponderá ao somatório das potências dos empreendimentos para os quais sejam apresentados o Parecer ou documento equivalente para acesso às redes de distribuição, previstos no art. 4º, § 3º, inciso VI, da Portaria MME nº 102, de 2016, na respectiva Subestação da distribuidora, considerando, exclusivamente para esse fim:</p> <p>I - a potência injetada do empreendimento de maior montante de uso do sistema de distribuição para empreendimentos a biomassa; e</p> <p>II - a potência nominal do empreendimento de maior capacidade instalada, para as demais fontes.</p>	<p>apresentados o Parecer de Acesso para definir a capacidade máxima necessária para atender os empreendimentos que solicitaram o Parecer de Acesso à rede de distribuição.</p> <p>Esta consideração é importante, uma vez que a Distribuidora pode ter disponibilidade na rede maior que a potência do empreendimento de maior potência.</p>
<p>Art. 5º Para fins de configuração da geração utilizada na definição de capacidade do SIN para escoamento de geração nos Leilões de que trata esta Portaria serão considerados:</p> <p>II - os empreendimentos de geração contratados em Leilões de Energia Nova, de Fontes Alternativas ou de Energia de Reserva precedentes, com início de suprimento do contrato regulado no prazo de até seis meses após o início de suprimento do Leilão de que trata esta Portaria; e</p>	<p>Art. 5º Para fins de configuração da geração utilizada na definição de capacidade do SIN para escoamento de geração nos Leilões de que trata esta Portaria serão considerados:</p> <p>II - os empreendimentos de geração contratados em Leilões de Energia Nova, de Fontes Alternativas ou de Energia de Reserva precedentes, com início de suprimento do contrato regulado no prazo de até dois anos após o início de suprimento do Leilão de que trata esta Portaria; e</p>	<p>Ao se considerar empreendimentos de geração com entrada em operação de até dois anos após o início de suprimento no Leilão em questão, empreendimentos vencedores de Leilões com entrada em operação posterior serão considerados, garantindo o mapeamento de sua conexão para melhor definir a capacidade de escoamento dos barramentos.</p>
<p>Art. 9º</p>	<p>Art. 9º INCLUIR</p> <p>§ 1º No caso de indisponibilidade, na data de início de suprimento contratual de energia elétrica, das instalações de uso do âmbito de transmissão e distribuição, necessárias para o escoamento da energia produzida por empreendimento de geração apto a entrar em operação comercial, os vencedores do Leilão estarão isentos da obrigatoriedade de reconstituição de lastro de venda;</p>	<p>Mesmo estando garantido o Acesso ao SIN aos vencedores do Leilão previsto no caput do art. 9º, há probabilidade de atraso na entrada em operação das instalações de transmissão. Neste caso, o empreendedor, que já avaliou seu empreendimento considerando a entrega de energia na data de início de suprimento previsto nas diretrizes do Leilão, não deve arcar com os prejuízos resultantes da indisponibilidade de</p>

	§ 2º Na ocorrência da hipótese prevista no § 1º, o agente vendedor fica isento da obrigação contratual de entrega de energia elétrica, sendo-lhe assegurado o direito de recebimento integral da receita de venda.	escoamento de energia.
Art. 10. As concessionárias de transmissão de energia elétrica, consultadas formalmente pela EPE quanto à Viabilidade Física de Conexão nas Subestações indicadas pelos empreendedores de geração, estarão sujeitas à aplicação penalidades pela ANEEL. Parágrafo único. A EPE deverá enviar à ANEEL relatório a respeito das concessionárias de transmissão de que trata o caput, para subsidiar ação de fiscalização.	Art. 10. As concessionárias de transmissão e distribuição de energia elétrica, consultadas formalmente pela EPE quanto à Viabilidade Física de Conexão nas Subestações indicadas pelos empreendedores de geração, estarão sujeitas à aplicação penalidades pela ANEEL. Parágrafo único. A EPE deverá enviar à ANEEL relatório a respeito das concessionárias de transmissão e distribuição de que trata o caput, para subsidiar ação de fiscalização.	Adequação de texto inserindo a distribuidora para compatibilizar com a contribuição dos Arts. 2º e 3º.